

MINISTÉRIO DA SAÚDE

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE USAÚDE – CNS**

Aos dezesseis e dezessete dias do mês de julho de dois mil e quatorze, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omilton Visconde”, Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar, Brasília-DF, realizou-se a Ducentésima Quinquagésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde – CNS. A Conselheira **Maria do Socorro de Souza**, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, iniciou a sessão cumprimentando os presentes e os internautas que acompanhavam a reunião em tempo real. Iniciou a reunião fazendo homenagem ao ex-conselheiro Nacional de Saúde - **Gilson Carvalho**, que se submeteu a uma cirurgia para retirada de um tumor nos rins e não resistiu, vindo a falecer. Reconheceu o trabalho do mesmo no controle social. Pediu que as pessoas ficassem de pé para um minuto de silêncio. Após, os presentes aplaudiram. Dando continuidade a reunião, apresentou os objetivos da mesma, quais sejam: **1.** Debater o Decreto no. 8.243 que trata da Política Nacional de Participação social; **2**. Apreciar e aprovar o Relatório da 5ª. Conferência Nacional de Saúde Indígena; **3**. Discussão da proposta de manifesto e agenda da Saúde nas eleições; **4**. Fazer um balanço das ações e desafios para o cuidado das Hepatites Virais no SUS; **5**. Socializar, deliberar e encaminhar demandas da COFIN; **6**. Socializar, deliberar e encaminhar demandas da CIRH. Submeteu a aprovação do plenário a pauta da reunião sempre combinada com os objetivos. **A pauta foi aprovada, por unanimidade**. **A ata da 258ª. Reunião Ordinária, que aconteceu no Espírito Santo foi submetida a aprovação e a mesma foi aprovada**. Passando a palavra ao Conselheiro **Luiz** **Aníbal Vieira Machado,** este sugeriu que fosse encaminhado, em nome do Conselho Nacional de Saúde e dos Conselheiros, um documento de pesar à família do ex-Conselheiro **Gilson Carvalho**. A Presidente do CNS, informou que já foi feito o gesto através do site, bem como através de cartão enviado à família. Com a palavra, o Conselheiro **Júlio Cesar Figueiredo Caetano,** informou que estava sendo organizado o 11º. Encontro Nacional de ONG’S e Associações de Hepatites Virais e Transplantados de Fígado e de Grupos de Apoio a Hepatites Virais, nos dias 11 a 14 de setembro/2014, em São Paulo. O Conselheiro **Alexandre Medeiros e Figueiredo**, com a palavra, informou que houve aprovação das diretrizes curriculares do cursos de Medicina, que teve uma participação muito efetiva do CNS e que várias contribuições estão aceitas e homologadas. Disse que isso vai representar um grande avanço na saúde, na formação médica e parabenizou todo o trabalho da CIRH e do CNS. Houve também informe sobre a realização de um seminário sobre a saúde da população negra, a ser realizado nos dias 18 a 20/09/2014, em Porto Alegre, e conta com o apoio do CNS e nesse, vai fomentar o debate da 15ª. Conferência Nacional de Saúde. Convidou a todos para dar apoio a Marcha do Movimento das Mulheres Negras, que acontecerá em 13 de maio de 2015. A Conselheira **Cleonice Paulo Oliveira Pinheiro,** da Federação Nac. das Assoc. de Celíacos do Brasil informou que está sendo feita a consulta pública, junto com a ANVISA da proposta da resolução da Diretoria do Colegiado sobre a rotulagem de alérgenos em alimentos e por último, a regulamentação da Lei 10.674. Fez um apelo a todos para tirar uma proposta de resolução, para estipular a porcentagem de glúten nos alimentos, no máximo 10btn. A Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos**, da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais disse estar abalada com a morte do Conselheiro Gilson Carvalho. Informou que ao final da reunião ordinária realizada no Espírito Santo, solicitou ao Ministro, tendo em vista concordância do CNS, que a Portaria 415, que coloca que o atendimento ao aborto seja legal por todo o SUS, fosse reativada. O Conselheiro **João Donizete Scaboli**, representante da Força Sindical cumprimentou a todos e fez o convite para Quarta Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, do Quarto Encontro da CIPA, que vai acontecer em São Paulo, município de Praia Grande, com a presença de 500 a 600 profissionais da área de segurança e será realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2014. A conselheira **Marisa Furia Silva,** da Associação Brasileira de Autismo informou que em todo dia 02 de abril é comemorado o dia Mundial da Conscientização do Autismo. As entidades e familiares já estão se preparando para esse dia, usando roupas azuis e iluminando os prédios públicos e não públicos no país e fazendo caminhadas. No próximo ano haverá um Congresso sobre Autismo e Velhice. A conselheira **Patrícia Augusta Alves Novo**, da Associação Brasileira de Alzheimer e Doença Similares convidou a todos para o Oitavo Congresso Brasileiro de Alzheimer, que será realizado do dia 11 a 14 de setembro/2014, em São Paulo, no mês mundial de ações e reconhecimento à doença. Este ano o tema é: Cuidando do Presente e Tecendo o Amanhã. Aproveitou o espaço para divulgar o Quinto Seminário Internacional em Promoção da Saúde, que será realizado do dia 29 a 31/10/2014, em Fortaleza. Nesse momento a Presidente do CNS solicitou a todos os presentes que assistiam a reunião, que se apresentassem e assim aconteceu. Para cumprir o primeiro objetivo, a mesa foi composta pelo Ministro **Arthur Chioro** e pelo Ministro **Gilberto Carvalho**, além da participação de uma representação da CNBB, o Dr. **Geniberto Paiva Campos**. O **primeiro ponto** de pauta, seria, além destes objetivos, o **DECRETO no. 8.243, de 23 de maio de 2014 – POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, MARCO REGULATÓRIO DAS ENTIDADES DE SOCIEDADE CIVIL E REFORMA POLÍTICA.** A Presidente do CNS, coordenando a mesa, propõem começar com o Ministro Gilberto Carvalho, em seguida com o Ministro da Saúde e por fim o representante da CNBB. A Presidente do CNS saudou os componentes da mesa, informou que o CNS existe desde 1.937, já passou por várias reformulações e a partir do SUS, tem essa composição bastante democrática, com cinquenta por cento de representantes dos usuários, 25% de trabalhadores e profissionais de saúde, e representantes da gestão e dos prestadores de serviços, além da participação de vários convidados. Passada a palavra ao Ministro Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Este cumprimentou a todos e agradeceu a cada um o convite e disse considerar o CNS o Conselho historicamente mais importante na República, no sentido daquilo em que foi construído, no sentido da sua atuação e incidência nas políticas públicas. Lembrou que o SUS foi fruto de um grande processo da sociedade, do movimento sanitarista e da atuação histórica deste Conselho. Passou, então a falar sobre Democracia no País. Disse que a Democracia formal tem imensos limites e que queríamos uma democracia que avançasse para o social e para o político do ponto de vista de uma efetiva participação e que precisava avançar para o econômico. Seria ainda necessário reconhecer o quanto a sociedade é desigual. O Conselho sempre soube o quanto temos que avançar ainda mais. Disse que o governo tem trabalhado nos últimos anos buscando abrir novos espaços e reforçando os espaços já existentes. É nessa perspectiva que se inseriu o famoso decreto de Política Nacional de Participação Social, que a Presidente Dilma assinou. O decreto reconhece aquilo que já era realidade e não criou nenhuma estrutura nova. Reconheceu o papel dos Conselhos, das Conferências e estimulou para que se estenda para outras áreas do Governo. O Decreto também consolidou a existência do interconselhos, que foi reconhecido, pela ONU, como uma uma forma avançada de participação social e o Decreto estimulou ainda, a adesão de estados e municípios, através dos Conselhos Municipais e Estaduais, de modo que o país todo pudesse se revigorar através da democracia participativa. Agradeceu ao Congresso Nacional pela aprovação da nova Lei do marco regulatório da relação da sociedade civil com o Governo, das suas parcerias e dos seus processos de financiamento. E disse que a partir daquele momento deverão trabalhar duro e rápido para a regulamentação desse marco regulatório e o quanto antes fazê-lo vigente. Agradeceu a oportunidade e foi aplaudido. A palavra foi passada ao Ministro **Arthur Chioro**, que cumprimentou a todos e Manifestou seu profundo pesar pelo falecimento do Conselheiro **Gilson Carvalho**, por tudo o que ele representou no CNS, na sua militância na Comissão de Orçamento e Finanças por quase duas décadas. Disse que a foto do Conselheiro será colocada na Galeria dos grandes sanitaristas, na Entrada do Ministério. Passou a dizer sobre o tema da Participação social no âmbito da Política Nacional de Saúde, do SUS que é uma conquista que está muito além do próprio Decreto, porque, na verdade, está previsto na própria Constituição Federal. A participação social é um princípio fundamental do SUS da mesma maneira que se fala que a universalidade e a integralidade são princípios fundamentais que orientam a política de saúde no país, bem como todas as relações que se estabelecem para construir um sistema que cuide, que faça prevenção, tratamento e reabilitação da saúde das pessoas. Mais do que isto, a participação social tem sido fundamental no processo de organização do nosso próprio sistema de saúde. Não se consegue trabalhar sem a perspectiva de conferências estaduais, municipais e a Conferência Nacional de Saúde como processo fundamental de debate com a sociedade e de definição de diretrizes para os sistemas locais, estaduais e nacional de saúde. Disse também não mais prescindir da atuação dos Conselhos deliberativos, tripartites e paritários, atuando numa experiência mais capilarizada naquela época, já presente em muitos serviços de saúde. Tem tido um papel fundamental de permitir que usuários, gestores e trabalhadores possam acompanhar o desempenho e participar da definição dos rumos daqueles serviços democratizadamente, ampliando o acesso e qualificando o serviço de saúde. Disse ainda que a participação social tem sido fundamental também no processo fiscalizatório em geral e que também achava que o Decreto permitia o diálogo de diferentes setores da sociedade, bem como permitia a ampliação do jeito de produzir políticas, que envolve e co-responsabilidade com a sociedade na produção e definição de prioridades, no acompanhamento e na fiscalização. Disse ser um avanço civilizatório. Portanto, pareceu fundamental reconhecer aquilo que o Ministro Gilberto Carvalho já nos disse: a reação que observamos, só poderia ser entendida no bojo do contexto da disputa eleitoral, o que faz parte do processo democrático. Achou também fundamental que o Conselho tenha manifestado apoio explícito em relação ao Decreto. Disse achar que teriam um desafio no âmbito do Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, de preparar uma 15ª. Conferência Nacional melhor ainda, porque todos estavam provocados a mostrar, que de fato, as conferências têm um papel fundamental no estabelecimento de diretrizes e tem-se que aperfeiçoar cada vez mais o funcionamento dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais para que eles possam ser representativos, democráticos, deliberativos, ou seja definidores de política, que consigam cumprir os seus papéis, para mostrar que isso é o exercício da democracia participativa efetiva. Terminou dizendo que o próprio exercício do CNS exige que cada um faça a sua parte. Na próxima reunião já haverá mais uma representação qualificada do Governo Federal no CNS, que amplia a interlocução com os movimentos sociais, com os trabalhadores, dos usuários e da sociedade civil. Agradeceu e foi aplaudido. A palavra foi passada ao Dr. **Geniberto Paiva Campos**, representante CNBB e membro do Observatório da Saúde no DF, que agradeceu a oportunidade. Iniciando sua fala, disse ter a impressão de estar diante de uma situação democrática e que persistir não era fácil. Disse que é essencial entender a democracia sem adjetivos. Citou o lustre jurista Sobral Pinto, que questionado por um alto dirigente do período militar que dizia que tínhamos uma democracia brasileira, ele respondeu: - não senhor, não existe democracia brasileira, uma vez que democracia não tem adjetivos. Disse achar que a nossa preocupação hoje, seria exatamente isso: como fazer a nossa democracia se aperfeiçoar, funcionar e ter uma participação popular cada vez mais ampla. Disse também que não conhecia nenhuma instituição de saúde pública de ponta que não fosse um modelo de estado diferente. Ela seria um ente especial no serviço público. Há uma necessidade de se ouvir o povo. Em relação ao Decreto, disse que o mesmo não era perfeito, mas não conflitava com os outros poderes. Era preciso que se retomasse a participação direta que atendesse aos interesses mais imediatos da população, como por exemplo, o orçamento participativo, bem como o planejamento participativo (anual ou plurianual) e também achava fundamental em relação à saúde, a gestão participativa. Saudou todos os militantes do CNS, dizendo da importância deles existirem, pois essa garra era fundamental. Encerrou a sua fala e agradeceu a oportunidade. A Presidente do CNS agradeceu a presença dos convidados. Disse que a nossa cultura é democrática mas vive permanentemente com práticas conservadoras. À oportunidade, deu início aos debates e passou a palavra ao Conselho **Ronald Ferreira dos Santos** –Federação Nacional dos Farmacêuticos, que cumprimentou a todos, bem como aos componentes da mesa. Disse que havia participado de uma sessão no Senado, acompanhado a votação da Comissão de Assuntos Sociais de um tema que era fruto da participação social: transformar a farmácia em estabelecimento de saúde. Foi aprovado por unanimidade. Isto foi uma demonstração concreta que a participação social pode transformar a realidade. Deixou registrado um grande sentimento de perda do Conselheiro Gilson Carvalho, que foi grande brasileiro defensor do SUS. Passada palavra ao Conselheiro **Jorge Alves de Almeida Venâncio,** representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, que cumprimentou a todos. Disse que sobre o Decreto, achou que estava apresentando o mesmo como um ponto muito importante o que diz respeito à participação social, no entanto o próprio Ministro Gilberto disse que se ele for revogado, não muda nada. Em segundo lugar, achou que o Decreto teve um retrocesso muito relevante, pois no art. 10º. parágrafo segundo diz: “as publicações das resoluções de caráter normativo dos Conselhos de natureza deliberativa vinculam-se a ilegalidade do ato pelo órgão jurídico competente, de acordo com o disposto na Lei Complementar 73”. Até aquela data, as resoluções do Conselho eram homologadas pelo Sr Ministro de Estado. Ele consultou a assessoria jurídica para e receber um parecer e em função disso homologar ou não a decisão do Congresso. Esse Decreto criou uma segunda homologação pela AGU. O posicionamento da AGU na data, era de estreita ligação política, exatamente com o setor mais atrasado do Governo, que é a equipe econômica. Achou que está se dando o poder de uma segunda homologação das decisões do CNS. Disse achar que seria um passo atrás. Não achou que se devesse endossar esse tipo de posicionamento, uma vez que se poderia trazer prejuízos substanciais para o trabalho do CNS. Agradeceu. A palavra foi passada para o Conselheiro **Gerdo Bezerra de Faria** – Conselho Federal de Odontologia. Este concordou com o Conselheiro Jorge, uma vez que também viu um retrocesso no Decreto. Entendeu que houve a tentativa de um controle total do governo sobre a participação social. Disse que no Decreto, também deveria ter sido incluído a paridade preferencialmente. Por fim perguntou ao Ministro, pois sentiu que houve divergência nas falas dos Ministros, pois um disse que a aprovação do Decreto era fundamental e o outro disse que seria apenas simbólica. Agradeceu. A Conselheira **Ivone Cabral**, que representa a Associação Brasileira de Enfermagem, registrou que a entidade apoiava as políticas públicas para educação popular e estavam se movendo em várias iniciativas. Disse que a política Nacional de Participação Social representava tradições. Achava que havia necessidade de alguns ajustes no Decreto. Disse que chamava a sua atenção o artigo 7º, quando dizia que o sistema nacional de participação social seria coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Para ela parecia que havia uma cerceamento da participação da sociedade, uma vez que seria a Presidência da Republica que iria fazer a gestão. Outra questão que parecia interessante a ela, era a competência da Secretaria Geral da Presidência da República no art. 8º., pois competia a ela acompanhar, orientar a implementação da política, sendo que no inciso 4º. sugeria realizar consultas públicas, sendo que estas, porém, eram descentralizadas. Disse que para ela, a consulta pública passaria a ser centralizada. Acha também que o art. 9º. também é complicado do ponto de vista do engessamento do papel do controle social e participação social. Achou que seria o Governo controlando a participação social. Disse que precisamos ter a democracia representativa e a participativa. Agradeceu a participação. O Conselheiro **Abrahão Nunes Silva** da Central dos Movimentos Populares cumprimentou a todos os conselheiros bem como a todos que compõem a mesa e disse que o Decreto não trazia nada de novo e não tinha nenhum avanço no que dizia respeito à participação popular no controle social. O decreto nem mexia com a economia deste país e citou o art. 4º. Da CF e também que a CF diz que todo poder emana do povo. Agradeceu a oportunidade. Com a palavra o conselheiro **Carlos Eduardo Ferrari,** da Organização Nacional dos Cegos do Brasil cumprimentou a todos. Disse da satisfação de debater esse decreto, uma vez que participou da construção do mesmo, desde 2011. Acha que o Decreto era uma grande conquista e se não aprovado o Brasil perderia grandes conquistas principalmente conceituais. Achou que ele é tímido, principalmente no que se referia a autonomia dos Conselhos. Disse ser necessário lembrar que o Decreto não se sobrepunha a legislação e esta tratava estes espaços enquanto espaços deliberativos. Agradeceu a participação. A conselheira **Simone Vieira da Cruz** da Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras, com a palavra disse que a Organização apoiava o Decreto e não se surpreendeu quanto a aprovação do mesmo, pois ampliava a participação da sociedade e a democracia que aí estava não a tinha representado efetivamente. Concordou quando disseram que ninguém melhor do que a própria pessoa para dizer sobre suas próprias necessidades. Solicitou aos Ministros que fosse informado de que maneira poderiam garantir a efetiva participação social: a ampla presença nos mecanismos oficiais para negros e outros grupos excluídos. Agradeceu a participação. O Conselheiro **André Luis Bonifácio de Carvalho**, do Ministério da Saúde, parabenizou a fala dos Ministros. Disse que faria uso de quatro documentos que demonstravam a importância do decreto. Fez questão de dizer que não estava falando enquanto governo mas se aliando a Frente Nacional de Educação que apoiava o Decreto num manifesto público e disse que o decreto instituiu a participação social como método de governo impulsionando as instâncias e mecanismos de democracia participativa a serem mais articuladas e fortalecidas. A nota oficial da CUT, que critica a ação dos partidos com relação a essa leitura é inadequada referente ao decreto; a mensagem do José Antônio Moroni do Inesp e um texto muito bem feito e esclarecedor do Leonardo estabeleceu pontos fundamentais na leitura do Decreto e apontou o fortalecimento de um sistema mais plural e qualificado na leitura principalmente do poder legislativo com relação aos movimentos sociais. Para terminar, usou um manifesto dos juristas conceituados e disse que o documento colocou entendimento claro quando relatou: “Entendemos que o decreto traduz o espírito pop da Constituição Federal Brasileira ao reconhecer mecanismos e espaços de participação direta da sociedade na gestão pública federal. Entendemos que além do próprio artigo primeiro, o decreto tem amparo em dispositivos constitucionais essenciais ao exercício da democracia, que prevê a participação social como diretriz no Sistema Único de Saúde”. Achou que o CNS é o que mais deveria defender as bases deste decreto, no sentido do fortalecimento da participação social que o mesmo é um avanço. Agradeceu a participação. O Conselheiro **Wilen Heil e Silva** do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional com a palavra cumprimentou a todos. Reforçou o pedido para que esse controle social continuasse sendo feito para participação de forma efetiva da construção de propostas de políticas e de portarias antes que elas fossem implantadas, uma vez que se tem uma capacidade elaborativa muito grande para propor textos. Achou que se pode agregar valores. Concordou com a fala do colega Venâncio, pois se o decreto colocou o papel do controle social como deliberativo, porque então que deveria haver homologação? Agradeceu a presença. A Conselheira **Alessandra Ribeiro de Souza** do Conselho Federal de Serviço Social e integrante do Fórum Social dos Trabalhadores da Saúde, retornou ao destaque que foi feito em relação ao artigo 10 do Decreto, que falava sobre a submissão do CNS à homologação das decisões, junto a AGU. Nos artigos 11 e 19 também havia restrições feitas pela conselheira. Agradeceu. O conselheiro **Gabriel** **Tapeba** do Estado do Ceará coordenador do Fórum de Presidentes do Conselho Estadual de Saúde Indígena, fez uma análise rápida do decreto e reconheceu que o mesmo reafirmava a participação social na criação das políticas públicas e via como avanço, mas achou que de forma alguma o governo poderia estar limitando a participação da sociedade. Agradeceu a oportunidade. O Conselheiro **Geordeci Menezes de Souza** da Central Única dos Trabalhadores, cumprimentou a todos e se dirigindo aos Ministros falou no art. 9º. que falava do comitê governamental da participação social. Perguntou como seria a formação desse comitê. Questionou também o parágrafo terceiro do art. 10, que fazia uma determinação que iria de encontro a resoluções do CNS – falou da limitação da rotatividade das entidades e seus representantes. Também questionou os art. 11º. Inciso IV, que falava das conferências nacionais e o art. 12º. - Parágrafo Único. Elogiou a apresentação do Ministro Arthur Chioro e agradeceu a oportunidade. O Conselheiro **Edmundo Dzuaiwi Ömore** – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira cumprimentou a todos, inclusive aos internautas que estavam assistindo, bem como aos irmãos indígenas. Disse ser da aldeia e que esse decreto o convenceu. Fez um relato da situação de necessidade pela qual o indígena passa e disse que o decreto, que era fruto da discussão da comunidade brasileira, trazia uma esperança para a participação social indígena, que não poderia ser esquecida. Solicitou ao Ministro a possibilidade de melhoria da saúde indígena. Agradeceu e saudou os Ministros presentes em nome dos indígenas. A conselheira **Ana Maria Costa** – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, cumprimentou a todos e disse que a questão democrática da saúde não era uma questão nova. Disse ser, a questão da democracia e da participação social, fundamental na construção da reforma sanitária, tendo em vista que a saúde é um direito social e contribuia na instituição da cidadania. Por isso a sua instituição defendia a saúde como direito do cidadão responsabilidade do estado. Quando se cria uma política de participação, excluímos o componente da autonomia da sociedade civil, que é da democracia participativa também. Disse ser necessário colocar um grande peso nesse decreto, na ação de governo para se conseguir suportar e receber as demandas populares, garantindo o impacto real das práticas participativas. Tal como consta no art. 4º. do decreto, consolidar a participação social como método de Governo. Após mais alguns comentários a respeito do decreto e da Constituição Federal, agradeceu a oportunidade. A conselheira **Marisa Furia Silva** da Associação Brasileira de Autismo, com a palavra, cumprimentou a todos. Disse da importância da participação social e que na gestão passada trabalharam no planejamento plurianual (2012/2015) e disse também que ficou muito feliz em ver que todas as ações, que foram de um conjunto de entidades que, juntamente com o CNS se fecharam no plano Viver sem Limites. Disse que tinham se preservado o controle social. Agradeceu a presença. O Conselheiro **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes** do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, cumprimentou a todos e disse que logo que o decreto saiu, ele o leu com muita satisfação e alegria, porque ele respondia a um conjunto de preocupações de todos, em especial como o decreto tratava dos objetivos da política. Solicitou ao Ministro um comentário a respeito do art. 9º. que falava do comité governamental, que tem o papel de assessoramento do governo. No mais, afirmou que o fundamento desta luta neste momento deveria ser aproveitado, porque é necessário se fazer no país, um debate de posição. Disse que talvez na 15ª. Conferência haja possibilidade de se fazer este debate. Agradeceu a oportunidade. A conselheira **Ana Paula Sotter**, Secretária adjunta do Ministério da Saúde cumprimentou a todos. Disse que foi conselheira ainda antes do SUS e que achava que o debate não era de mérito e sim político e tinham a obrigação de fazer essa reflexão. O processo de democratização do estado precisava ser sempre aperfeiçoado. Conseguiram esse direito de participação social na Constituição de 1988 e fortemente no que diz respeito a política de saúde. Achou que já que foi conseguido, sob o ponto de vista de militância, o controle social no SUS, teriam mesmo que ir às ruas defender a democracia direta e representativa. Agradeceu a oportunidade. A conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos**, da Rede Nacional Feminista de Saúde de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Disse achar que a mesa foi brilhante. Viu que no Governo teve mudanças. Lembrou que a participação social fica acima de alguma diferença básica. O conceito de autonomia era bastante utilizado e quando as pessoas, para esse Conselho, buscam autonomia e trazem questionamentos e estes, na maioria das vezes, eram encaminhados e resolvidos. Disse que isto acontece, porque estavam no Conselho, que era extremamente respeitado a nível de Brasil. As pessoas brigavam para ter um espaço aqui. A democracia devia estar contida nesse Decreto, respeitando esse processo. Concluiu dizendo ser favorável ao decreto e achava que os conselheiros deveriam ir ao Congresso para brigar por ele. Só queria que permanecesse o que estava ali colocado. Agradeceu a participação. À oportunidade a Presidente do Conselho **Maria do Socorro de Souza** disse que não poderia de dizer que a CONTAG também seria a favor do Decreto. Disse também que no momento em que a Presidenta Dilma lançou o mesmo e outras iniciativas do Marco Regulatório ela foi indicada por ser Presidente do CNS e este é um ente desta esfera de participação extremamente relevante. A expectativa seria que a Presidenta Dilma recebesse uma representação deste Conselho, por ocasião do debate eleitoral, com as nossas propostas. A palavra foi passada ao Ministro **Gilberto de Carvalho**, que agradeceu a intervenção de cada um. Disse que ser governo era uma coisa muito interessante, porque tinha-se que fazer um exercício de maturidade, pois apanhava de todos os lados. Era a dialética da síntese, que teriam que aprender. Propôs como tarefa para todos, que se iniciasse a partir do CNS e com todos os conselhos e mais amplamente com a sociedade, um amplo debate sobre um projeto de lei que revisse toda a questão da participação social nos governos. Este deveria ser encaminhado ao Congresso para discussão no âmbito da reforma política, uma rediscussão do que é participação social no país. O decreto não se sobrepõe a uma lei. Pediu desculpas, por ter dito que o decreto não muda nada, pois, quis dizer que o próprio decreto afirma no parágrafo único do art. 2º. “As definições previstas nesse Decreto não implicam na desconstituição ou alteração de Conselhos, Comissões e demais instâncias de participação social, já instituídos no âmbito do governo federal”. Isto que foi falado é muito mais uma defesa frente a uma direita que pretende atacar e quer terminar com a participação social. Disse que o Decreto foi feito porque ao terminar este governo, seria necessário deixar estatuído no mínimo em um decreto aquilo que já existia como um reconhecimento do próprio governo e como um estímulo interno para que o conjunto do Governo adotasse a participação social, pois tinham muita resistência em várias áreas do Governo, para a participação social. Lembrou ainda que este Decreto foi trazido ao CNS para discussão, antes da aprovação. Falou ainda da grande importância que os conselhos têm e que deve-se ampliar o debate e com muita transparência. Relembrou dois itens considerados importantes que contém no decreto: 1) o relatório obrigatório que cada ministério devia fazer ao seu respectivo Conselho, daquilo que foi acolhido ou não, mesmo aos Conselhos Consultivos e 2) a mesa de monitoramento: os movimentos sociais apresentam a cada ano uma série de pauta de reivindicação e muitas vezes ficavam perdidas. A mesa de monitoramento iria obrigar o governo a também acompanhar e prestar conta periodicamente do andamento das demandas apresentadas para que as mesmas não envelhecessem sem ser atendidas. Outro aspecto seria a adesão dos estados e municípios. Era fundamental que se convencesse uma cultura de participação em todas as esferas de administração. Pediu para não se preocuparem com o art. 10 que falava sobre a AGU, que apenas ressalvava que da mesma forma que o executivo submetia seus atos a uma consultoria jurídica, este artigo era uma garantia jurídica a todos. Disse também que o governo também já estava trabalhando um fundo financeiro da participação social. Quanto ao Comité Gestor, foi pensado simplesmente para que a participação acontecesse a partir do governo e nada impedia que se fizesse uma participação paritária. Assumiu o compromisso de fazer essa mudança. Passou a palavra ao sr. Representante da CNBB sr. **Geniberto Paiva Campos**, que disse que no ponto de vista do Conselho e sobre as vanguardas havia um pensamento que dizia que “as vanguardas não estão para ser entendidas no seu tempo, se não, não seriam vanguardas. Agora sem as vanguardas o processo não avança”. A palavra foi passada ao **Ministro Arthur Chioro**, que disse que a CF e por tudo aquilo para o qual lutavam não foi para incluir a gestão participativa. O que está na sessão da saúde é a participação social que vai se expressar de maneiras das mais diversas possíveis no jeito de produzir a relação do movimento social, dos gestores, das universidades, das organizações. A gestão participativa trazida pra dentro do governo era um método de governo, que ele particularmente defendia e achava que era fundamental, mas não encerrava a gestão participativa e não capturava a participação social, que iria se dar nas mais diferentes modalidades. A história do Movimento Popular de Saúde mostrava isso, pois nunca precisou de autorização do governo do nosso país para pedir passagem e construir toda uma trajetória. Não se podia confundir uma coisa com a outra. A história da construção do SUS era muito mais ampla que a gestão participativa, mas ela se qualificava demais quando se tinha espaços institucionalizados de disputas de diferentes projetos de sociedade. Quis dizer com isso que não poderiam tomar o direito dos conselhos, das conferências, pela experiência que foi construída no campo da saúde. Talvez o Decreto dialogasse muito mais com um conjunto de outras políticas públicas que tinham posturas altamente autoritárias e conservadoras que não se abriam para construção de experiências. Deviam ter compromisso com o avanço. O conselho se preocupava com o aprimoramento, inclusive na construção de uma 15ª. mais participativa. A discussão sobre a autonomia, não podia ser feita somente no campo da saúde. É claro que existia uma heteronomia, porque nenhum conselho é autônomo, uma vez que ele era vinculado ao executivo e pertencia a estrutura do Estado Brasileiro. Não era porque uma discussão era aprovada no pleno que teria uma base legal. Disse ser favorável a aprovação do decreto. O Ministro Gilberto de Carvalho pediu a palavra e informou que é provável que no dia 05/08/2014 volte ao congresso o debate referente ao decreto. A Presidente do Conselho, **Maria do Socorro de Souza**, com a palavra, informou os seguintes **encaminhamentos aprovados**: **1)** a partir de agosto haverá um representante da Secretaria Geral da Presidência da República no CNS; **2)** O Ministro Gilberto Carvalho irá intermediar audiência do CNS com a Presidência da República; **3)** Dar continuidade ao debate sobre participação social; **4)** Pautar novamente o tema com a presença do Ministro Gilberto de Carvalho; 5) Contribuir para o aprimoramento da legislação acerca da participação social; **6)** Elaborar estratégia de mobilização e atuação junto ao legislativo para defender a participação social ante a ameaça à democracia que se estabelece na atual conjuntura; **7)** Aprovada moção de apoio à política de participação social por unanimidade e sob aplausos. Interrompida a reunião para o horário de almoço. De volta à reunião para tratar sobre o **ITEM 03 – APRESENTAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DO RELATÓRIO DA 5ª. CONFERËNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA.** Mesa composta pelo Sr. **Antônio Alves de Souza** – Secretário Especial da Saúde Indígena; **Roberto Carlos Oliveira**, membro da equipe de relatoria da 5ª. Conferência de Saúde Indígena e o Conselheiro **Edmundo Dzuaiwi Omore**, com a coordenação da Conselheira **Nelcy Ferreira da Silva,** da Mesa Diretora do CNS. Com a palavra o Conselheiro **Edmundo Ömore** cumprimentou a todos os membros e agradeceu em especial a organização indígena presente. Solicitou ao membro da CISI – Comissão Intersetorial de Saúde Indígena que ficasse que pé para que todos os conselheiros o conhecesse e o mesmo assim o fez. A Coordenadora de mesa passou a palavra ao Sr. **Antônio Alves de Souza**, Secretário Especial de Saúde Indígena, que cumprimentou a todos e justificou a ausência da sra. **Fátima** que participou da elaboração do relatório e que estava fora do Brasil. Fez a apresentação do Relatório e entregou a todos os presentes um CD contendo o mesmo, com mais de 400 páginas em pdf. O mesmo foi projetado. Informou que todas as moções faziam parte do mesmo. A Sra. Nelcy sugeriu e o conselheiro . **Roberto** começou a falar dizendo que o foco seria mais na metodologia utilizada na 5ª. Conferência de Saúde Indígena, porque foi uma metodologia inédita e todas as comissões trabalharam em uma consonância muito grande com a relatoria, de modo a atender os atos normativos que regiam a Conferência. Apresentou todos os caminhos percorridos nas etapas locais, distritais e nacional para se chegar ao relatório final que todos os conselheiros receberam. Da Amazônia ao sul do Brasil, tiveram 306 conferências da etapa local. A região Norte realizou 159 conferências, 59 na região centro-oeste, 54 na região Sul e Sudeste e 34 na região Nordeste, que envolveram mais de 23 mil participantes. Cada município fez o seu relatório da 5ª. Conferência de Saúde Indígena local, num total de 2.142 diretrizes com 21.420 propostas. A seguir ocorreram as etapas distritais e os técnicos sintetizaram os dados em 34 relatórios e de posse destes, confeccionou o relatório consolidado da etapa nacional. Consolidou-se 238 diretrizes e 1.139 propostas, que foram fechadas em 453 propostas. Nas propostas foram colocadas a identificação da origem. Deu-se início a votação das propostas através de grupos de trabalhos realizados simultaneamente. Dando continuidade, o sr. Roberto fez toda a explicação da sistemática completa da organização da 5ª. Conferência, sempre acompanhada pelo vídeo, organização esta que constou na íntegra no CD distribuído. Agradeceu ao pleno do CNS bem como às comissões organizadoras pela confiança depositada na Comissão Nacional de Relatoria e pela oportunidade de ver de perto o zelo e o cuidado que os estudantes dos mais diversos cursos da UnB tiveram, ao trazer para si, a responsabilidade de ampliar as vozes dos seus parentes na 5ª. Conferência. Continuando o conselheiro. **Antônio Alves de Souza** deu continuidade à explanação do relatório da referida Conferência, iniciando pela Origem dos Delegados, Número de Delegados por Região, Instituições e as propostas aprovadas, I Eixo Temático: Atenção diferenciada nas três esferas do Governo com seus sub-eixos, II Eixo Temático: Controle Social; III Eixo Temático: Etno desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional; IV Eixo Temático: Saneamento e Edificações de Saúde Indígena. Determinantes sociais de saúde e órgãos Envolvidos; Estratégias de Monitoramento do Relatório da 5ª. Conferência. Após todo o relato, a coordenadora da mesa, sra. **Nelcy Ferreira da Silva**, agradeceu ao srs. Roberto e Antônio Alves as presenças e disse que o plenário estaria ali para refletir a forma de acompanhar melhor o povo indígena. A sra. Conselheira **Simone Vieira Cruz** fez um encaminhamento à mesa, no sentido de ouvir os parentes que estavam presentes. O conselheiro sr. **Luiz Eugênio** solicitou que se fizesse um balanço político da conferência mostrando o que ela representou para o Governo e para as Comunidades Indígenas. A Conselheira **Maria do Socorro de Souza** concordou com os encaminhamentos. Passou a palavra para o conselheiro **Edmundo Omore**, que cumprimentou a todos. Disse que a proposta do companheiro Luiz Eugênio foi brilhante e agradeceu também o sr. Roberto. Parabenizou ao pleno pelo respeito à organização indígena, principalmente aos internautas, que estão sempre valorizando. Após, agradeceu a todos, em especial ao conselheiro **André Luiz Bonifácio de Carvalho**, do Ministério da Saúde e pediu sensibilização por parte do pleno para fortalecer mais a construção política e falou, na língua Xavante que a luta continua. Disse que somos vulneráveis na vida em todos os aspectos, porém na política, estão prontos para sentar à mesa de negociação e construir o que precisamos. A palavra foi passada ao Secretário, que disse que realizar uma conferência nacional depois de quatro conferências, foi um desafio. Justamente três anos após a criação de um novo órgão, agora no âmbito do Ministério, cujo primeiro ano (2011) foi de transição em que a SESAI se organizava. Disse que sabiam que muitos dos problemas da saúde indígena não estavam resolvidos, mas por outro lado desde a 8ª. Conferência já tinham sido atendidos dois grandes anseios dos povos: primeiro a construção de um órgão específico dentro do Ministério para cuidar da saúde indígena (reivindicavam isto antes da criação do SUS) e o segundo era a autonomia dos 34 distritos, logicamente com as dificuldades que se encontrariam e que continuavam até aquela data (falta de pessoal próprio, dificuldade no atendimento...). O resultado da conferência foi muito forte, porque das 453 propostas que foram consolidadas, somente 25 foram para debate na Plenária final, ou seja, um grande respeito àquilo que foi decidido lá, onde as coisas acontecem, que é na aldeia, no território onde eles têm as suas vidas. Das 25 que foram ao plenário somente 9 foram rejeitadas e 9 foram aprovadas. Considerou que foi um ganho. Alguns pontos ainda não se conseguiram atender, mas são problemas que atingiam não só a comunidade indígena, mas sim a todos os brasileiros. Na sua avaliação foi uma conferência que teve o apelo de querer solução dos problemas existentes. Agradeceu a oportunidade e foi aplaudido. A Conselheira **Nelcy Ferreira da Silva** nesse momento disse que como proposta da conselheira. **Simone Vieira Cruz,** deverá ser dado prioridade ao pessoal indígena para falar. Sendo assim foi feito uma relação com os nomes das pessoas que usariam a palavra. O primeiro a falar, o índio sr. **Dourado Tapeba** do Ceará e Coordenador da Articulação dos Povos indígenas do Nordeste. O mesmo disse que participava da Saúde Indígena desde 1999, quando era da FUNAI e da FUNASA e conhecia muito o posicionamento da saúde indígena no país. Avaliou a conferência como sendo a melhor que participou, pois todos os conselhos locais e todas as bases participaram da mesma e as propostas aprovadas vieram diretamente da base. Disse que para que isso aconteça foi necessário que se acompanhasse. Sugeriu as instituições indígenas participassem do grupo de trabalho para que pudessem acompanhar toda a discussão do que foi aprovado na Conferência. Disse que o primeiro ponto da saúde indígena era a terra regularizada, bem como a educação. Agradeceu a participação. A seguir o sr**. Presidente do CONDISI** em Altamira e Coordenador do Fórum de Presidentes do CONDISI teve a sua fala garantida e foi aplaudido. Seguindo, a sra. **Carmen** cumprimentou a todos e disse que gostaria de fazer uma rápida avaliação da conferência. Disse que os índios ficaram atentos a uma participação e houve uma adesão a discussão da política de saúde indígena dentro das bases, com envolvimento bastante importante das lideranças, dos movimentos indígenas, dos profissionais da saúde. Contudo quis registrar que, apesar do esforço do CNS, ainda houve uma ausência significativa dos gestores nas discussões locais e regionais. Disse também que apesar de se ter trazido muitos conteúdos importantes para serem discutidos na Conferência, ainda não se contemplava na íntegra as diferenças micro e macros regionais desse país. Disse também que apesar da Conferência ter dado outro norte a discussão da política de recursos humanos para a saúde indígena, ela se debruçou sobre o problema que existia. Convidou o CNS para uma discussão que contemple os profissionais de saúde indígena que atuem nas diferentes regiões do pais. Enfatizou ainda as dificuldades que os índios têm no que diz respeito à assistência farmacêutica na aldeia. Agradeceu a participação. O sr. **Rildo** disse que primeiramente o povo indígena precisa saber como o estado olha para os índios. Os índios estão tentando construir os seus direitos. Disse que a 5ª. Conferência de Saúde Indígena tiveram propostas maravilhosas, mas a legislação era um empecilho. Por isso pediu ajuda ao CNS, para avançar, inclusive na legislação, ainda que se crie. Não se tem uma política de educação, de saúde ou de demarcação de terras. Disse que achava que da forma como vinham sendo tratados, não haveria futuro para a população indígena. Agradeceu. O sr. **Clóvis** de Roraima e Presidente do Conselho Distrital concordou com a avaliação que já foi feita sobre a Conferência. Disse que na política se tem uma diversidade muito grande. Em Roraima tinha-se uma situação muito difícil em termos de assistência médica ao índio. Agradeceu a participação. A palavra foi passada ao sr. **Agnelo**, que cumprimentou a todos e disse ser Presidente do CONDISI Xavante e conselheiro do Movimento Indígena de Novos Estados do Amazonas. Falou sobre o relatório, uma vez que fazia parte da comissão organizadora da Conferência. Agradeceu em primeiro lugar o apoio do Ministério da Saúde e também a todos os conselheiros, que deram apoio e colocaram em discussão o problema da saúde indígena. Parabenizou a SESAI pela organização da Conferência. Disse que o que eles queriam o resultado. Disse que as diversidades não estavam sendo respeitadas. Agradeceu o apoio e a palavra foi passada ao sr. **Gabriel Tapeba**, Presidente do Conselho Fiscal de Saúde do Estado do Ceará e Coordenador do Fórum de Presidentes, que cumprimentou também a todos, Agradeceu a cada um que contribuiu indireta ou diretamente para que viesse acontecer a 5ª. Conferência de Saúde Indígena. Disse que caberia a todos fiscalizar cada uma das propostas que foram aprovadas e caberia ao Governo executar cada uma das mesmas. Disse também que se 50% das mesmas fossem executadas, seria um grande salto para a saúde indígena. Agradeceu. O sr. **Lindomar** do Estado de Sergipe, Presidente da Comissão de Saúde do Estado de Sergipe disse que viu essa última conferência como sendo muito boa e participativa, visto que não houve muita reclamação. Houve um consenso muito bom, porque foi bem discutido nas bases. Disse que em cada conferencia há um alvo a se atingir e pensava que no Congresso Nacional há um grupo muito forte contra os indígenas. Após algumas outras colocações, agradeceu. O Sr. **Adelson** então, com a palavra, agradecendo a oportunidade, disse que ficou em dúvida quanto a um item do relatório e se dirigiu ao Sr. Antônio Alves, questionando-o. Pediu maiores esclarecimentos, uma vez que os indígenas estão incluídos no SUS. A sra. Nelcy, nesse momento, passou a inscrever os conselheiros que gostariam de falar sobre o assunto. O Conselheiro **Carlos Eduardo Ferrari**, da Organização Nacional dos Cegos do Brasil. Cumprimentou a SESAI pelo relatório, dizendo estar bastante rico. Agradeceu a oportunidade. O conselheiro **Renato Almeida de Barros** também cumprimentou à todos que participaram da organização da 5ª. Conferência Indígena e disse que não seria só um relatório e sim uma política de estado, independente de governo e achou que é de importância vital a aprovação de uma comissão para que acompanharia a efetivação das resoluções ali aprovadas. O Sr**. Renato**, Representante da Associação Brasileira de Antropologia, disse que o sucesso das Conferência se daria quando as propostas fossem colocadas em evidência no seu contexto histórico do momento. A Conselheira **Maria do Socorro de Souza** agradeceu e reconheceu o compromisso dos presentes. Disse que devemos saber respeitar os sistemas para que eles funcionem respeitando os costumes dos povos. Devemos também acompanhar os indicadores da saúde dos povos indígenas. Outra coisa: falaram muito em contratação de profissionais, mas que formação desses profissionais? E mais outra questão: A ação integrada. Disse que se via uma responsabilidade muito grande na SESAI e não via a explicitude do CONASS e do CONASEMS em seu papel dos estados e municípios e também de outras áreas de governo. Finalizou colocando uma dúvida: O GT de monitoramento é a CISI? É para além da CISI? Disse achar que deveria ser um pouco mais além da CISI. Disse também achar que era importante incorporar o CNS nos seminários regionais. Agradeceu. O Conselheiro **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**, do CONASS, disse que teve a honra de participar de Comissão Organizadora da Conferência e da Conferência, portanto, é testemunho do sucesso da organização e da conferência. Parabenizou a todos e disse que até aquele momento teriam uma Conferência de sucesso e a partir de então teriam que tratar daquilo que de fato era importante: o resultado daquilo que foi tratado lá. Disse que apesar de toda a assistência dada pelo CNS, acompanhava quase tudo que acontecia com os povos indígenas e era muito preocupante. Entendia que o monitoramento devia se constituir a partir da Comissão de Saúde Indígena. A sra. Conselheira **Denise Torreão Corrêa da Silva**, do Conselho Federal de Fonoaudiologia cumprimentou a todos e disse que na realidade, tinha-se uma dificuldade com os pontos nevrálgicos das conferências de um modo geral, no que diz respeito ao acompanhamento, ainda que se tenha um caráter deliberativo. Disse achar que a Comissão de Monitoramento deveria ser utilizada para todos os acompanhamentos. Sugeriu haver uma periodicidade para o acompanhamento. O conselheiro **Abrahão Nunes Silva** da Central do Movimentos Populares disse ser importante se pensar em algumas questões como ser possível democracia sem respeito aos costumes e às tradições? Disse achar importante haver uma reforma política e também achar que devia-se discutir sobre isso. Agradeceu. A Conselheira **Marisa Furia Silva** da Associação Brasileira de Autismo faz um encaminhamento de que o que for relacionado aos Recursos Humanos, que se deva ir para a Comissão de RH, que, inclusive, tem representação indígena na mesma. A conselheira **Ivone Evangelista Cabral** representante no CNS, da Associação Brasileira de Enfermagem fez um destaque em relação à metodologia da Conferência, que considerou bastante inovadora e o mais importante para ela foi o rigor com que a Comissão Nacional de Relatoria trabalhou os encaminhamentos e as propostas. Observou que aquilo que foi aprovado na plenária final, veio sendo trabalhado desde a matriz dos trabalhos. É importante verificar que a representação popular se fez apresentar nas propostas finais. Lembrou ainda que a Conferência teve poder deliberativo. O Conselheiro **André Luiz de Oliveira**, da CNBB disse que a metodologia estava muito fácil de ser entendida. Chamou a atenção para a página 184 do relatório em CD, que continha a declaração da 5ª. Conferência. Era um documento que expressava os ideais ali discutidos ao longo daqueles dias. Perguntou como iria acontecer a divulgação do material. Agradeceu a oportunidade. A palavra foi passada para o conselheiro. **Antônio Alves de Souza** – Secretário Especial da Saúde Indígena que disse que a proposta do GT inova e, sendo assim, poderiam adotar para as outras conferências. Também disse que acrescentaria bastante coisas e como a conferência aprovou diretrizes para revisão da política e essa tem quatorze anos, muita coisa evoluiu a partir daí. Logo, era necessário não só acompanhar, como também rever a atual política diante do que foi aprovado e ver o que precisa ser modificado e aprovar uma nova política de saúde indígena. Sobre a divulgação, disse que a ideia era divulgar o máximo possível. Aproveitou a oportunidade para atender a alguns questionamentos que foram feitos. Não mais havendo quem se interessasse em falar, a coordenadora da Mesa, conselheira **Nelcy Ferreira da Silva**, passou a falar sobre os encaminhamentos e disse que a Resolução 454 dispõe sobre o cuidado que esse plenário devia ter no acompanhamento das deliberações nas Conferências Nacionais de Saúde e no que diz respeito ao prazo, informou que é a cada final de ano e cabia a comissão fazer um acompanhamento junto ao plenário. **Deliberações:** Nesse item de pauta, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: **1)** Criar um Grupo de Trabalho paritário pós Conferência, em nível nacional, para acompanhar e monitorar a implementação das Resoluções que foram aprovadas nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena, cabendo ao MS/SESAI dar condições necessárias no processo de implementação; **2)** Organizar seminários por UF, juntamente com CONASS (SES), CONASEMS/COSEMS, DSEI, CONDISI, CES, CMS, FUNAI, outros órgãos; **3)** As comissões devem acompanhar resoluções da conferência e podem criar GTs para auxiliar nessa atividade. O monitoramento, acompanhamento e avaliação das deliberações da 5ª. Conferência Nacional de Saúde Indígena deverão ser feitos a partir da CISI, em atendimento ao que preceitua a Resolução No. 454, de 14/06/2012; **4)** Apresentar o resultado da análise na próxima RO; **5)** Encaminhar a questão sobre recursos humanos à CIRH para análise e apresentação de soluções ao plenário. Manter interlocução com a CIRH, no sentido de que seja apresentada uma proposta de Recursos Humanos, que atenda às especificidades e diversidades dos povos indígenas; **6)** O CNS encaminhará proposta de revisão das diretrizes curriculares dos demais cursos de saúde (exceto medicina que já foi acatada) sobre a formação voltada à população indígena, considerando o papel do SUS na formação e RH; **7)** Localizar previsão de recursos e ações sobre insegurança alimentar e nutricional devido à intersetorialidade, especialmente junto ao MDS. Demandar à Comissão de Alimentação e Nutrição no sentido de que inclua no seu plano de trabalho o debate sobre etnodesenvolvimento e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas; **8)** Incorporar o CNS nos Seminários Regionais que serão promovidos pela CESAI; **9)** Encaminhar o Relatório da 5ª. CNSI para todos os CONDISI, DESEI, Conselheiros Nacionais de Saúde – Titulares e Suplentes e aos integrantes titulares e suplentes da CISI; **10)** Priorizar processos de educação Permanente, na lógica do controle social, aos povos indígenas. **ITEM 04 – HEPATITES VIRAIS – UM DESAFIO DO SUS** – Apresentação: **Arair de Freitas Azambuja**, Presidente da AMAPHET – Associação Maranhense dos Pacientes Hepáticos e Transplantados – filiada ao MBHV; **Adele Schwartz Benzaken**, Diretora Adjunta da Secretaria de Vigilância e Saúde – SVS, Departamento de DST, AIDS e Hepatites virais; **Marcelo C N Moura**, Coordenador da área de Hepatites Virais/MS. Debatedores: Conselheiros: **Nádia Elizabeth Barbosa Villas Boas**, representante do Movimento Brasileiro de Luta Contra as Hepatites Virais – MBHV e **Júlio Cesar Figueiredo Caetano**, representante da Aliança Independente dos Grupos de Apoio – AIGA. Coordenação: Conselheiros **Nelcy Ferreira da Silva** e **Edmundo Dzuaiwi Ömore**, Mesa Diretora. Com a palavra o Sr. **Arair Azambuja**, ex-portador de hepatice C, curado em 2003 e disse que embora fosse engenheiro e tivesse plano de saúde, quem o acolheu foi o SUS, fornecendo medicamento. Está há doze anos com o movimento de hepatites. A parte que lhe coube nessa apresentação foi “Hepatites Virais na Região Amazonica: Problema de Direitos Humanos”. Fez uma explanação completa sobre o vírus da Hepatite B e D, incluindo apresentação de slides: Vírus da Hepatide D – HDV; Vacina da Hepatite B foi introduzida na região Amazônica há mais de 25 anos; Pesquisa de Hepatites B e D em 54 povoados do Rio Purus – AM – A vacinação iniciada há 25 anos parece não ter efeito na região; HBV e HDV – Como se dá a contaminação; Surtos de Hepatite fulminante associada ao HDV – relatos nos países da Amazônia; Paciente de 12 anos com hepatite crônica Delta; muitos membros da família portadores de HDV; esplenomegalia e altos níveis de globulina; Hepatite D é doença diferente na Europa/EUA; HDV/HBV: lições aprendidas com pacientes na Amazônia; HDV – Conclusões; Tratamento do HDV – Só INTERFERON e tem um papel limitado; Diagnóstico e Monitoramento do HDV; Hepatites no Vale do Javari – 2007; Hepatites no Vale do Javari – 2013; Diagnóstico e Monitoramento do HDV; Pesquisa Brasileira – Tratamento HDV; Resultados preliminares de longo prazo; Imagens de alguns dos problemas causados pelas hepatites virais; Conclusões e propostas 1 e 2; Sabiam que o acesso e a logística são difíceis, mas o custo em vidas estava muito alto para ser ignorado. Houve algumas pequenas interrupções por pessoas do Pleno, que interessadas na apresentação, solicitaram que a mesma fosse mais detalhada ainda, o que não foi possível, pois o apresentador não era da área médica. Ao terminar o sr. **Arair** foi aplaudido. Seguindo, a Dra. **Adele**, com a palavra, também com projeção de slides, passou a explicar as atividades do departamento de DSTA e de hepatites virais do ano de 2014, explicar o que foi a Assembleia Mundial, a criação do Comité Técnico-Assessor do Departamento e sobre o novo protocolo para hepatite B e C, além de ter sido abordado rapidamente a questão da imunização da hepatite A e alguns dados atuais principalmente sobre tratamento com relação a hepatite B e C. Terminada a apresentação se colocou à disposição nos próximos 15 minutos para dar outras informações necessárias. A mesma agradeceu e foi aplaudida. Na sequência, o conselheiro **Júlio César Figueiredo Caetano** da Aliança Independente dos Grupos de Apoio, informou que devido ao horário preferia não debater o que gostaria e encaminhou um pedido para falar posteriormente com ela, numa hora que estivesse mais tranquila, visto que os conselheiros já estavam muito cansados. A conselheira **Nádia Elizabeth Barbosa Vilas Boas** – Movimento Brasileiro de Luta contra Hepatites Virais disse que havia dois anos que estavam tentando esta pauta mas já sabiam que não seria possível debater com profundidade, pois a questão das hepatites virais não poderia ser resolvida apenas na esfera federal, que poderia sim ajudar, mas, os estados e municípios precisavam também assumir. Só para informar, disse que hoje em dia existiam pessoas se contaminando em hemodiálise e isso era um problema sério. Disse que o holl de problemas era muito grande e a demanda, o encaminhamento era no sentido de se constituir um Grupo de Trabalho vinculado à nossa comissão intersetorial, a fim de que em todas as áreas se façam uma ampla discussão. Terminada a sua explanação, agradeceu e foi aplaudida. A conselheira **Kátia Maria Barreto Souza** do Ministério da Saúde sugeriu como encaminhamento: fazer uma reunião ampliada de dois dias, trazendo outros convidados de gestão e de desenvolvimento social e experiências e processos a partir da própria organização do movimento quanto da própria gestão e inclusive experiências locais e estaduais. **Deliberações**: Nesse item de pauta, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: **1)** Em virtude da grande demanda os esclarecimentos serão feitos no encontro da comissão**; 2)** Realizar reunião da comissão ampliada em dois dias com representantes de todas as áreas, academia, trabalhadores, usuários, para discutir alterações na política, processos e experiências, articulada com a SAS, SVS, SGEP, SGETS e verificar a necessidade de criação de um GT vinculado à comissão para discutir os problemas da área, como a ausência de notificação e disseminação de boas práticas. **ITEM 05 INFORMES E INDICAÇÕES** – Apresentação: **Márcio Florentino Pereira**, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Saúde. Coordenação: Conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**, Mesa Diretora do CNS. O Conselheiro **Geordeci** cumprimentou a todos e passou a fazer uma breve apresentação da 4ª. Conferência, informando as subconferências já realizadas, com apresentação de slides. Fez a proposta de fazer uma resolução do CNS fazendo um reconhecimento dessas medidas imperiosas em torno das mudanças de data que aconteceram, em função de problemas burocráticos, resolvendo assim, o problema de ordem regimental. O conselheiro **Carlos** fez algumas explicações a respeito da organização da Conferência. A Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos,** com a palavra, sugeriu que na Conferência tivesse uma mesa que tratasse da saúde da mulher trabalhadora, sugestão esta que foi acatada. O Conselheiro **Geordeci** passou a dar mais algumas informações a respeito da organização da Conferência, organização esta que encontrava-se em fase final. A conselheira **Ana Maria Lima Barbosa**, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, propôs que se fizesse uma mesa para se discutir a questão do trabalhador com deficiência física, tendo em vista achar aquele momento muito oportuno. O conselheiro **André Luiz Oliveira** da CNBB concordou com a proposta. O conselheiro **Gilson Silva** da Força Sindical também foi favorável. A conselheira **Marisa Fúria Silva** da Associação Brasileira de Autismo, endossou a proposta da conselheira Ana Maria Lima Barbosa. A conselheira **Maria do Socorro de Souza**, presidente do CNS disse que o que os estados fizeram, foi muito positivo. Falou também que foi feito uma opção política de centralização na política de saúde do SUS, o que não significava dizer que previdência, trabalho, educação e assistência social estivessem de fora e na maioria das situações dos estados, não estavam presentes. Na etapa nacional, a nível de governo, seria necessário ter uma chamada para as outras áreas. A conselheira **Zaíra Tronco Salerno**, da Associação Brasileira de Nutrição perguntou se na pauta da Conferência estava incluído temas sobre alimentação do trabalhador, que apesar de não estar, poderiam ser incluídos como temas transversais. O secretário Executivo do CNS informou que a discussão no momento sobre a resolução, seria somente, naquele momento sobre formatação. Com relação ao conteúdo deverá ser discutido em outra reunião. O conselheiro **Geordeci** informou que, para encerrar o item, teria outra proposição que seria o seguinte: o regimento da 4ª. conferência foi inovado com a presença de além do delegado titular, aprovado mais um delegado e um suplente por composição e seria eleito por esse pleno para a etapa nacional. Significou dizer que, como a composição do CNS é de um conselheiro titular e dois suplentes, na Conferência seria um titular e um suplente nato. Seria, então necessário que cada composição se reúna e defina qual dos dois suplentes deverá ser o delegado suplente na 4ª. Conferência – até a próxima RO do pleno do CNS, sendo que se tiver alguma dúvida, será corrigida. **Deliberações:** Nesse item de pauta, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: **1)** Aprovada a Resolução CNS N. 494 – Regimento da 4ª. Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora prorrogando o prazo de realização de algumas etapas e admitindo a aprovação de moções nas etapas estaduais e macrorregionais. **2)** Realização de uma mesa com o tema de saúde da mulher trabalhadora na etapa nacional da 4ª. CNSTT (articulação com a Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos**). **3)** Realização de uma mesa sobre o tema do trabalhadora com deficiência na etapa nacional da 4ª. CNSTT. **4)** Assegurar o planejamento da comissão organizadora da etapa nacional da 4ª. CNSTT. **5)** Cada composição do pleno deve indicar até próxima RO quais serão os delegados natos da 4ª. CNSTT, posto que a previsão regimental é de que serão o titular e um dos suplentes. **6)** Aprovada a indicação do conselheiro **Clovis Adalberto Boufleur** pelo segmento dos usuários e nome a ser indicado do segmento do gestores (conselheira **Aparecida Linhares Pimenta**) para participação no Encontro Intersetorial das Ações Estratégicas do PETI do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS em 06 e 07 de agosto de 2014, em Brasília/DF. **7)** Aprovada a indicação do Conselheiro **Geordeci Menezes de Souza** para participar do IV Encontro Estadual da CIPA e SESMT do Setor Químico as convite da Federação do Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2014 em São Paulo/SP. **8)** Aprovada a indicação do conselheiro **Carlos Eduardo Ferrari** para participar do ”V Seminário na Área de Deficiência Visual – Acessibilidade: 10 anos de Avanços e/ou Retrocesso?” nos dias 03 a 05 de setembro de 2014 em Rio Grande/RS. **9)** Aprovada a indicação dos conselheiros **Edmundo Dzuaiwi Ömore** e **Veronica Lourenço da Silva** para participarem do I Encontro dos Povos Indígenas do Tocantins sobre Redução de Danos, Prevenção de DST/AIDS/Hepatites Virais na Comunidade Indígena Canoanã nos dias 04 e 05 de setembro de 2014, na Aldeia Canoanã/TO . **10)** Aprovada a indicação das Conselheiras **Zaíra Tronco Salerno** como Titular e **Paula Johns** como suplente para representarem o CNS no CONSEA na qualidade de observadores. **11)** Solicitar mais informações do papel do representante do CNS no 8º. Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos – ENIFarMed a convite do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimentos em Fármacos e Produtos Farmacëuticos (IPD-Farma) para escolher o debatedor para a Sessão Temática “CROs e os Estudos Pré-Clínicos no Brasil”, em 09 de setembro, das 14h às 15h30min, na cidade de São Paulo/SP. **12)** Aprovada, por unanimidade e sob aplausos, a moção sobre a situação da Palestina. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: *Titulares –* **Abrahão Nunes da Silva**, Central de Movimentos Populares - CMP; **Ademar Arthur Chioro dos Reis,** Ministério da Saúde; **Ana Maria Costa**, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES; **Ana Paula Menezes** – Ministério da Saúde; **Carlos Ferrari** – OCNB; **Claudio Garcia Capitão** – CFP; **Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro**, Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil – FENACELBRA; **Denise Rodrigues E. Brito** – Rede UNIDAS; **Denise Torreão Corrêa da Silva** – CFF/FENTAS; **Edmundo Dzuaiwi Omore,** Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira -COIAB; **Eni Carajá Filho**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN; **Gabriel Domingos** – CONDISI; **Gerdo Bezerra de Faria,** Conselho Federal de Odontologia – CFO; **Geordeci M. Souza,** Central Única dos Trabalhadores; **Ivone Cabral** – ABGU; **João Rodrigues Filho,** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; **Jorge Alves de Almeida Venâncio,** Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTAMBÉM**; Luis Eugênio de Souza** – SBPC; **Luis Felipe Oliveira Maciel** – UNE; **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**; Maria do Socorro de Souza** – CONTAG; **Maria Laura Carvalho Bicca,** Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); **Maria Zenó Soares Silva** – FENATAL; **Marisa Furia Silva** – ABRA/FNDP **Marlonei Silveira dos Santos,** Federação Nacional dos Médicos – FENAM; **Marisa Furia Silva**, Associação Brasileira de Autismo (ABRA); **Nelcy Ferreira da Silva** – CFN/FENTAS; **Nelson Augusto Mussolini,** Confederação Nacional da Indústria (CNI); **Olympio Pacosa** – CNBB; **Patrícia Augusta Alves Novo**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAz; **Renato Almeida de Barros,** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; **Ronald Ferreira dos Santos**, Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar; **Verônica Lourenço da Silva**, Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; *Suplentes –* **Alessandra Ribeiro de Sousa,** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Alexandre Frederico de Marca**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); **Alexandre Medeiros de Figueiredo,** Ministério da Saúde; **Ana Maria Lima Bastos** – SINDNAPI; **André Luís Bonifácio de Carvalho,** Ministério da Saúde; **André Luiz de Oliveira** – CNBB; **Antonio Alves de Souza,** Ministério da Saúde; **Clarice Baldotto,** Associação de Fisioterapeutas do Brasil (AFB); **Fernanda Lou Sans Magano,** Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI; **Francisca Rêgo Oliveira de Araújo,** Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia – ABENFISIO; **Gilson Silva,** Força Sindical; **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes,** Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; **João Donizeti Scaboli,** Força Sindical; **João Palma** – Ministério da Saúde; **Júlio Cesar Caetano** – AIGA-HU; **Kátia Maria Barreto Souto,** Ministério da Saúde; **Liane Terezinha de Araújo Oliveira,** Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA; **Luiz Alberto Catanoce** – SINDNAPI; **Luiz Anibal Vieira Machado,** Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Maria Angélica Zollin de Almeida,** Federação Nacional dos Médicos Veterinários – FENAMEV; **Nádia Elizabeth B. Villas Boas** – MBHV; **Oriana Bezerra Lima,** Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); **Paula Johns** – ALT; **Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira** – DEOMS/MS; **Simone Cria** – AMNB**; Vania Lúcia Ferreira Leite** – Pastoral da Criança; **Wilen Heil e Silva,** Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO); **Zaira Tronco Salerno** – CONTAG. Iniciando o segundo dia de reunião. **ITEM 06 – MANIFESTO E AGENDE DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE PARA AS ELEIÇÕES DE 2014**. Apresentação: **Maria do Socorro de Souza**, Presidente do CNS; **Ivone Evangelista Cabral,** Membro do GT responsável pela elaboração do texto. Coordenação: Conselheira **Nelcy Ferreira da Silva.** AConselheira **Maria do Socorro** informou que além deste assunto do item 06, ainda na parte da manhã deveria ser dado continuidade ao debate iniciado no dia anterior, sobre a participação social. O conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, da Federação Nacional dos Farmacêuticos, pediu a palavra apenas para cumprimentar os presentes e compartilhar com o CNS um momento de satisfação e felicidade da categoria farmacêutica brasileira, mas principalmente com avanço para a saúde pública: no dia anterior, depois de passados 21 anos tramitando no Congresso Nacional, o Senado Federal, por unanimidade de votos aprovou o projeto de lei que transforma farmácia em estabelecimento prestador de saúde e disse que o CNS teve um protagonismo muito importante. Agradeceu e foi aplaudido. A **conselheira Ivone Evangelista Cabral** cumprimentou a todos e fez a leitura do documento: Saúde nas Eleições de 2014 – Uma agenda propositiva do CNS - que todos acompanharam pelo telão ou pelo servidor. O conselheiro **Antônio Alves** deu destaque para os parágrafos primeiro, terceiro, quarto e quinto. Passada a leitura “as nossas propostas para os candidatos”. Houve destaque para os itens primeiro, segundo, terceiro, terceiro–a, quarto, quinto, sexto, inclusive para acrescentar um item a mais neste tópico. O próximo tópico “valorização do trabalho e da educação na saúde”: também houve destaque para os itens sétimo, oitavo, décimo. Próximo tópico: “fortalecer e legitimar a participação e o controle social na saúde”: houve destaque no item 14. A palavra foi passada para a coordenação da mesa sra. **Nelcy Ferreira da Silva** que passou a dar oportunidade àqueles que se interessaram em debater cada item. O Conselheiro **Carlos Eduardo Ferrari**, da Organização Nacional dos Cegos do Brasil disse que na leitura do documento não ficava claro quem estaria se manifestando – não ficou claro que era do CNS e nem para quem se dirigiu. Indicou fazer uma introdução apresentando o CNS, mesmo sendo uma agenda propositiva do CNS. A conselheira **Ivone Evangelista Cabral** informou que no texto original tinha um parágrafo que atendia ao conselheiro e passou à leitura do mesmo. O Conselheiro **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes** pediu a palavra e informou que já conversou no CONASS e este aprovou o documento conforme se encontrava, ou seja, desde que não houvesse alterações significativas. O Conselheiro **Antônio Alves** à oportunidade, disse que observou que, na leitura do documento, a maioria dos conselheiros fizeram destaque no texto e não do texto integral e não como a mesa fez, não priorizando a maioria dos conselheiros aqui presentes que fez destaque individual. O sr. **João Palma** do Ministério da Saúde, fez a observação que no texto se repetia algumas vezes o termo “serviços de saúde”, que fosse substituído por “ações e serviços de saúde”, tendo em vista que este termo remetia para ações que estariam para além dos hospitais e das necessidades básicas. O conselheiro **Luiz Eugênio** disse que de um modo geral o texto estava muito bom, apenas concordou com o Conselheiro Ferrari, que achou que a introdução não estava muito clara, devendo ser refeita. Disse também que achou que nas proposições deveria ser resgatado a questão do modelo de desenvolvimento, bem como o fortalecimento da democracia participativa, através do fortalecimento dos plebiscitos, dos “referendum”, dos projetos de iniciativa popular. Achou também que, no que diz respeito à redação, haveria uma necessidade de revisão. A conselheira **Marisa Furia Silva** da Associação Brasileira de Autismo disse que deveria ser pontuado no documento que o governo deveria se comprometer a continuar com os planos de governo existentes e num momento de mudanças, de melhoras, fazê-las junto com a sociedade civil, através dos conselhos e tudo o mais, tendo em vista isto ser democracia. A conselheira **Ana Maria Costa** do CEBES, disse se sentir bastante contemplada pelas contribuições já dadas. Chamou a atenção pelo sentido do documento que era político. Se fez necessário o máximo de objetividade, pois acha que ainda estava bastante confuso, uma vez que incorporava várias ideias na mesma proposta. Nesse ponto, a conselheira Ivone pediu a palavra e disse que teve uma consideração geral que vale a pena retomar, que era em relação a ambiguidade que o documento oferecia do “público alvo”. Sugeriu que para se resolver esta ambiguidade, o assunto poderia ser incluído na carta de encaminhamento do documento aos conselhos, com uma sugestão de que esse documento fosse apreciado e debatido. Houve, por parte dos conselheiros, concordância com a proposta. O conselheiro sr. **Antônio Alves de Souza** do Ministério da Saúde propôs uma redação alternativa para o primeiro parágrafo: que “a saúde, direito de todos, é dever do estado assegurado na CF de 1988, portanto deve ser tratada como direito humano e social, cabendo aos governos e à sociedade em geral buscar os meios necessários para que a mesma seja assegurada em sua plenitude, sem restrições de ordem econômica, política e organizativa”. Toda reformulação passou a ser encaminhada para o pessoal de apoio para que fosse colocado na tela e ali mesmo se fizesse a leitura para aprovação. O conselheiro **Geordeci Menezes de Souza** – CUT, propôs que, no terceiro parágrafo, fosse colocado a palavra “devamos“ escolher representante. O conselheiro **André Luis Bonifácio de Carvalho** do Ministério da Saúde disse que a redação do terceiro parágrafo também estaria confusa. O conselheiro **André Luis de Oliveira** da CNBB também sugeriu alteração. E após todas as alterações sugeridas houve votação de que a deveria ser que deveria ser incluído ou não, no texto da carta, a questão de direitos sexuais ou de aborto. A proposta foi aprovada pela maioria e com dois votos contrários e três abstenções. A proposta da conselheira **Ivone Evangelista Cabral** foi aprovada por maioria com uma abstenção. O conselheiro **André Luis de Oliveira** da CNBB fez uma declaração de voto: “respeitando o direito de todos, a entidade entende que esse assunto já estaria contemplado na proposta original, estando subentendido que poderia estar dando margem a essa discussão e talvez obteria esse consenso. A partir do momento em que optamos em incluir uma nova proposta, que tiveram que tomar uma nova posição adotada pelo pleno. Agradeceu a compreensão e informou que não é uma questão de afrontar opiniões, mas sim de decisão sobre aquilo que a entidade defende”. A conselheira **Maria do Socorro de Souza**, propôs uma alternativa para a dinâmica e continuidade da discussão do presente item: 1) ouvir os destaques e debates; 2) leitura das novas propostas; 3) aprovar o mérito; 4) Por último a conselheira Ivone, que coordenou esse processo de trabalho juntamente com outra pessoa faria a sistematização final e no próximo dia, quando aconteceria a Reunião Extraordinária, leria o texto final aprovado e com as correções. A conselheira **Nelcy Ferreira da Silva** informou que a conselheira **Eurídice Ferreira** teria feito uma redação final do texto completo, com alterações e inserções sugeridas anteriormente e este foi lido pela conselheira **Ivone**. Houve várias colocações, porém a conselheira Maria do Socorro de Souza solicitou ao pleno que todos fizessem um esforço no sentido de se aprovar ainda naquele dia o mérito, dada a necessidade. A conselheira **Eurídice Ferreira**  pediu a palavra e disse que o que ela estava chamando a atenção era para o objetivo do documento tão somente. Continuou a discussão e sugestões de alteração e melhoria da redação do documento. Após passou-se a discutir os acréscimos ao documento. Após a leitura dos itens, os mesmos foram aprovados. A Conselheira Maria do Socorro de Souza tendo em vista o término das discussões, disse que naquele momento só se tinha que aprovar o mérito e fazer a indicação de duas pessoas para fazer a redação final, sendo que no dia seguinte se faria a aprovação final do texto, mediante leitura e alguns ajustes caso fossem necessários. Solicitou aos conselheiros que se manifestassem em relação ao conjunto das propostas. Aprovado por unanimidade, o documento e indicados os conselheiros **Ivone** e **Luiz Eugênio** para fazer, até o próximo dia, a redação final do documento. **Deliberação**: **1)** Aprovado o documento da Agenda Propositiva do Conselho Nacional de Saúde: saúde nas eleições de 2014. Logo em seguida, a conselheira **Maria do Socorro** disse, que caberia ao pleno, considerar as estratégias para divulgação do documento. Disse que a proposta da mesa era que se fosse feito e um empenho até o dia 06 ou 07 de agosto para que coordenações de campanha ou direções de partido estivessem presentes no CNS, para que fosse feito a apresentação política e escutassem a manifestação de compromisso dos candidatos e partidos. Disse ainda que a outra proposição seria a de se divulgar nos meios de comunicação possíveis. O plenário esteve de acordo com esta proposta. **ITEM 07 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN/CNS** – Apresentação: Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, Coordenador da COFIN/CNS – Mesa diretora do CNS; **Francisco Rózsa Funcia**, Consultor Técnico da COFIN/CNS. Coordenação: Conselheira **Maria do Socorro de Souza**, Presidente do CNS. O conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, com a palavra, informou que nesse ponto da COFIN, a coordenação trouxe um informe no mês de julho para buscar atualizar o estado das iniciativas que foram pactuadas no planejamento das ações que dizem respeito ao orçamento e financiamento, sob a responsabilidade da COFIN, no sentido de coordenar iniciativas e atribuições do CNS. Foi feito o calendário de responsabilidades legais que colocaram o CNS com a incumbência de emitir pareceres e comunicar a Presidência da República. Até aquele momento a Comissão de Orçamentos recebeu da Comissão de Recursos Humanos, um conjunto de questões relacionadas ao orçamento e financiamento e ao relatório anual de gestão sendo que a Comissão de Deficiência também solicitou um agendamento para aprofundar o debate no Relatório Anual de Gestão. A ideia era de que naquele dia se desse uma atualizada a respeito das informações do ano de 2013 e de 2014, que diziam respeito ao relatório de prestação de contas quadrimestral. Disse que essa análise estava sendo processada. Reafirmou o convite a todos os conselheiros a participar do ciclo de oficinas regionais que o CNS deliberou e que a primeira seria iniciada na próxima semana, em Brasília das regiões Centro-Oeste e Norte. Passou a palavra ao conselheiro **Francisco** **Rózsa Funcia,** que cumprimentou a todos e disse que naquele momento estavam preparando dois documentos para serem discutidos, analisados e debatidos pelos conselheiros na próxima reunião do CNS: o primeiro era concluir o relatório anual de gestão, cuja primeira parte da análise já havia sido feita e emitido um documento que foi encaminhado ao Ministério da Saúde e seria concluído na próxima reunião da COFIN, em julho, a análise do RAG, para apresentação no pleno. Com relação ao relatório de prestação de contas do primeiro quadrimestre, já foi feito uma apresentação ao CNS e foi formulado alguns pedidos de esclarecimentos, que foram encaminhados ao MS. A resposta foi objeto de avaliação da COFIN, na semana seguinte, para apresentação de uma proposta de encaminhamento para o plenário do CNS. O relatório de prestação de contas quadrimestral, pela Lei complementar 141, possibilitava que o CNS fizesse indicações de medidas corretivas no âmbito da execução orçamentária, ou do cumprimento dos dispositivos da mesma lei, para a Presidente da República. O que foi percebido, através do relatório quadrimestral é que havia uma dificuldade orçamentária e financeira que esteve trazendo dificuldades para o MS. Foram avaliados os impactos para 2015. Disse que seria necessário fazer uma discussão junto como o MS, para se ver quais seriam as dotações a serem remanejadas. Foi importante ver que havia um processo de desaceleração na economia, e que esse processo impactou economicamente as receitas, no âmbito da União, dos Estados e Municípios. Agradeceu e o conselheiro Ronald, com a palavra, aproveitou também para fazer o informe das datas das oficinas, que teriam o objetivo de promover o resgate histórico dos 25 anos do SUS, com a divulgação e a sensibilização dos diversos atores regionais do controle social na saúde, sobre a Lei Complementar 141 e com amplo debate sobre a proposta de iniciativa popular Saúde + 10, na perspectiva da construção da 15ª. Conferência Nacional de Saúde. Houve algumas manifestações. O conselheiro Ronald disse que outra questão importante a ser destacada é que o CNS participava da coordenação do movimento nacional de defesa de saúde pública e do Saúde + 10. **Deliberações:** **1)** A COFIN irá concluir análise do RAG em julho, com a consolidação da análise das comissões. **2)** A COFIN irá analisar a resposta do pedido de esclarecimentos enviado ao MS sobre o relatório do 1º. Quadrimestre. **3)** Encaminhar aos conselheiros nacionais Titulares e Suplentes, o calendário das oficinas regionais da COFIN, Ofício circular n. 177/SE/CNS/GM/MS. **4)** Informar aos conselhos estaduais de saúde quais os municípios que estão pendentes com relação ao relatório de prestação de contas. Responsável: Conselheiro André Bonifácio. **5)** Pautar a COFIN com tempo maior na próxima RO. **6)** Os conselheiros devem analisar os documentos enviados pela COFIN antes da próxima RO. **7)** As comissões devem enviar a análise do RAG para a COFIN. Nesse momento, a conselheira **Maria do Socorro de Souza**, com a palavra, dizendo que, como seria rápido, pediu licença para **apreciar a resolução referente a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora** e a **Moção de participação social**, que já tinha proposta elaborada, bem como uma solicitação do Conselheiro **Luiz Eugênio** de uma nova Moção e em seguida, passar para a conselheira **Ivone Evangelista Cabral** com um ajuste do item final do documento. O Conselheiro **Geordeci Menezes de Souza** – CUT compondo a mesa, cumprimentou a todos e disse que, como ficou definido no dia anterior no ponto de pauta da 4ª. Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, foi elaborado uma proposta de redação para uma resolução para dar legitimidade às conferências macro-regionais e estaduais que aconteceram e outras que ainda aconteceriam fora do prazo regimental. A proposta foi lida e constava no servidor (item 5 – informes). Passou a fazer, então, a leitura da mesma. O Conselheiro **André Luis Bonifácio de Carvalho** sugeriu uma correção no texto, o que foi acatado. A conselheira **Maria do Socorro** disse que a sua preocupação era com a pesquisa, que foi indicada pela Comissão Organizadora, mas não foi aprovada pelo pleno e uma pesquisa como esta, o responsável era o CNS. Disse saber da dificuldade da sua aplicação e o segundo ponto seria se a amostra seria passível de análise, de sistematização e divulgação. Já o conselheiro **André Luiz Oliveira** – CNBB, opinou dizendo que a pesquisa não interferia praticamente em nada, pois faria parte da avaliação de um evento. A Conselheira **Maria do Socorro** disse que a maior preocupação com a pesquisa seria sobre o perfil dos delegados, portanto, teria uma validação importante visto que iria para relatório. Houve mais algumas pequenas indagações que o conselheiro **Geordeci Menezes de Souza** sanou. Colocado em votação e a resolução foi aprovada por maioria, com uma abstenção. Voltando ao item 06 e dando continuidade à reunião, o próximo ponto foi a Moção de Política Nacional sobre a Participação Social. O conselheiro **Geordeci Menezes de Souza,** fez a leitura da Moção de Apoio, que além de projetada, estava no servidor, para que todos acompanhassem com maior facilidade. A Conselheira **Maria do Socorro** informou que já existia uma correção, o que foi visto. Houve algumas considerações sobre o texto. Chegou-se a conclusão de se ter dois posicionamentos distintos: **1)** incluir o número do Decreto o qual se refere a manifestação e **2)** não incluir o número do decreto. A Conselheira Maria do Socorro com a palavra disse que não se pode se perder num instrumento legal quando, na verdade o debate é político e a luta é política. Considerada aprovada a Moção de Política Nacional sobre Participação Socialsob aplausos. **ITEM 08 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS – CIRH/CNS** – Apresentação: **Ivone Evangelista Cabral**, Coordenadora da CIRH; **Alexandre Medeiros de Figueiredo**, Coordenador Adjunto da CIRH. Coordenação: **Maria do Socorro de Souza**, Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde. Apresentado, pela Coordenadora da CIRH conselheira **Ivone Evangelista Cabral**, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CIRH NA JORNADA DAS COMISSÕES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS, que aconteceu em 12/03/2014. As comissões tiveram como tarefa a avaliação das políticas de saúde e o balanço para a 15ª. Conferência/CNS. Após o Coordenador Adjunto a CIRH, **Alexandre Medeiros de Figueiredo** pediu a palavra para informar que no dia anterior foi assinado uma portaria interministerial, entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, criando uma comissão coordenadora dos contratos organizativos que estariam previstos na lei. O contrato organizativo é o dispositivo que regula a escola e não ficará restrito à Medicina, ou seja, com o tempo vai ser expandido para os outros cursos da área de saúde. Na coordenação nacional o CNS tem um lugar privilegiado e serão várias entidades, como CONASS e o CONASEMS estariam presentes, o que foi um grande avanço. Outra questão que foi dita, é que com a Lei **xxxxxx** temos outros modelos de autorização de curso. O processo de autorização de curso estaria muito mais entrecortado, pois mudou muito. O próprio contrato organizativo já seria um indício de que estariam em outro momento de construção coletiva do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. **Deliberações**: Nesse item de pauta, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: **1)** Aprovado o ajuste no Plano de Trabalho para realização do seminário da CIRH. **2)** Socializado o relatório sobre o RAG. **3)** Trazer ao pleno a proposta da portaria interministerial sobre a formalização da participação do CNS nas visitas de escolha das entidades para oferta de curso de medicina. **ITEM EXTRA – VISITA DOS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE – MORHAN** – Apresentação: **Artur Custódio**, Coordenador Nacional do MORHAN; Conselheiro **Eni Carajá Filho**, Representante do MORHAN. Coordenação: Conselheiros **Nelcy Ferreira da Silva** e **Edmundo Dzuaiwi Ömore**, Mesa Diretora CNS. A coordenadora da mesa, informou que encontravam-se lá embaixo, pelo menos 100 usuários do MORHAN aguardando para ter oportunidade de pelo menos 2 poderem se manifestar diante dos Conselheiros. O conselheiro **Eni Carajá Filho**, do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas por Hanseníase, expressou publicamente que o MORHAN seria popular e tinha-se muita dificuldade de deslocamento das pessoas, para se tentar algum direito. Disse que eles apostam no controle social e no SUS. Por isso estavam ali no CNS, que tinha um papel brilhante em relação a educação permanente para o controle social, no SUS, na participação popular. Vieram pedir apoio a pauta de reparação de danos morais, traduz numa pauta de direitos sanitários, ou seja, a saúde que está envolvida no processo. Agradeceu e foi aplaudido. A Conselheira **Maria do Socorro de Souza** com a palavra, disse que não daria para não manifestar sobre esse acolhimento, enquanto presidente do CNS e Mesa Diretora. Ficou emocionada de ver idosas ainda acreditando num papel mais justo do Estado. Disse que a vinda deles na reunião, na sua avaliação, não atrapalhou e pelo contrário, reforçou e estimulou a aliança entre o CNS e Movimentos de usuários para garantir que o Estado desse uma resposta mais efetiva. Disse também que iria ao Congresso Nacional para reforçar a luta do MORHAN. Agradeceu. **Deliberações: 1)** Reenviar à Presidência da República a recomendação n. 008/2010, sobre indenização dos filhos separados dos pais na época da segregação da hanseníase; **2)** Pautar o tema da hanseníase; **3)** Pautar o tema do idoso. **ENCERRAMENTO –** Nada mais a tratar,a mesaencerrou os trabalhos da 259ª Reunião Ordinária do CNS. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: *Titulares –* **Abrahão Nunes da Silva**, Central de Movimentos Populares - CMP; **Ana Maria Costa**, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES; **Carlos Ferrari** – OCNB; **Claudio Garcia Capitão** – CFP; **Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro**, Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil – FENACELBRA; **Denise Rodrigues E. Brito** – Rede UNIDAS; **Denise Torreão Corrêa da Silva** – CFF/FENTAS; **Edmundo Dzuaiwi Omore,** Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira -COIAB; **Eni Carajá Filho**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN; **Gabriel Domingos** – CONDISI; **Gerdo Bezerra de Faria,** Conselho Federal de Odontologia – CFO; **Geordeci M. Souza,** Central Única dos Trabalhadores; **Ivone Cabral** – ABGU; **João Rodrigues Filho,** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; **Jorge Alves de Almeida Venâncio,** Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTAMBÉM**; Luis Eugênio de Souza** – SBPC; **Luis Felipe Oliveira Maciel** – UNE; **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**; Maria do Socorro de Souza** – CONTAG; **Maria Laura Carvalho Bicca,** Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); **Maria Zenó Soares Silva** – FENATAL; **Marisa Furia Silva** – ABRA/FNDP; **Marisa Furia Silva**, Associação Brasileira de Autismo (ABRA); **Nelcy Ferreira da Silva** – CFN/FENTAS; **Olympio Pacosa** – CNBB; **Patrícia Augusta Alves Novo**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAz; **Renato Almeida de Barros,** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; **Ronald Ferreira dos Santos**, Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar; **Verônica Lourenço da Silva**, Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; *Suplentes –* **Alessandra Ribeiro de Sousa,** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Alexandre Frederico de Marca**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); **Alexandre Medeiros de Figueiredo,** Ministério da Saúde; **Ana Maria Lima Bastos** – SINDNAPI; **André Luís Bonifácio de Carvalho,** Ministério da Saúde; **André Luiz de Oliveira** – CNBB; **Antonio Alves de Souza,** Ministério da Saúde; **Clarice Baldotto,** Associação de Fisioterapeutas do Brasil (AFB); **Fernanda Lou Sans Magano,** Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI; **Francisca Rêgo Oliveira de Araújo,** Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia – ABENFISIO; **Gilson Silva,** Força Sindical; **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes,** Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; **João Donizeti Scaboli,** Força Sindical; **João Palma** – Ministério da Saúde; **Júlio Cesar Caetano** – AIGA-HU; **Kátia Maria Barreto Souto,** Ministério da Saúde; **Liane Terezinha de Araújo Oliveira,** Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA; **Luiz Alberto Catanoce** – SINDNAPI; **Luiz Anibal Vieira Machado,** Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Nádia Elizabeth B. Villas Boas** – MBHV; **Oriana Bezerra Lima,** Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); P**aulo de Tarso Ribeiro de Oliveira** – DEOMS/MS; **Simone Cria** – AMNB.